

PROPOSTA DE MODELO PARA IMPLANTAÇÃO DE RECURSOS OFICIAIS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DA ESTRADA DE FERRO

SANGALETTI, Fabio Anderson

Pós Graduação: Curso Cooperativismo Solidário e Crédito Rural. UNICENTRO. 2016.

E-mail: fabio@cresol.com.br

Léo Raifur

Professor Orientador. Doutor em Administração. Depto de Administração. UNICENTRO

RESUMO

O objetivo deste estudo constituiu em oferecer um Modelo de Aplicação dos recursos oficiais destinados aos associados da Cresol Estrada de Ferro. A justificativa do estudo proposto apoia-se no pressuposto que a forma como os recursos são repassados atualmente objetivam basicamente satisfazer os interesses econômicos, ficando o interesse social em segundo plano. Sob a ótica metodológica, trata-se de "Estudo de Caso" cujo foco que demanda a profundidade é o processo de repasse dos recursos (públicos) para o uso dos associados, sobretudo agricultores. Como resultado da análise do processo foi proposta uma cartilha que visam o uso sustentável dos recursos por parte das famílias.

Palavras-Chave: Crédito Rural; Método de repasse de recursos públicos; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The objective of this study was to offer a model of application of official resources for members of the Cresol Estrada de Ferro. The justification of the proposed study is based on the assumption that the way resources are transferred currently aim primarily to satisfy the economic interests and the social interest in the background. From the perspective explaining, it is "Case Study" whose focus that requires the depth is the process of transfer of resources (public) for the use of members, especially farmers. As a result of the analysis of the process was proposed a booklet aimed at the sustainable use of resources by families.

Keywords: Rural Credit; method of transfer of public resources; sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Com a alteração do feudalismo para o capitalismo a partir da revolução industrial iniciou-se um novo modelo de sociedade. Para De Masi (1991), com a revolução industrial as pessoas Viviam e trabalhavam no mesmo lugar com mudanças positivas e negativas e com isso surge o cooperativismo como forma de unir as pessoas pelo mesmo objetivo de realizar o trabalho com igualdade e justiça.

No Brasil a formação das cooperativas de crédito se deu no início do século XX, favorecendo assim o Cooperativismo de Crédito Rural, o Cooperativismo de Crédito Luzzatti e o Cooperativismo de Crédito Mútuo.

O primeiro modelo cooperativista de crédito fundado no Brasil foi o Cooperativismo de Crédito Rural, conduzido pelo padre jesuíta suíço Theodor Amstadt, que desembarcou em Porto Alegre no ano de 1885, aos 34 anos. Suas funções abrangiam as atividades pastorais entre colonos e tornou-se importante líder rural e cooperativista. Fundou a Associação Riograndense de Agricultores e também a primeira Cooperativa de Crédito no Brasil, em 1902, modelo Raiffeisen, no município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. Durante 53 anos exerceu as funções de sacerdote e promotor do bem estar socioeconômico dos agricultores.

O conceito de economia solidaria teve por base as condições socioeconômicas e políticas das ultimas décadas, com atuação dos movimentos sindicais, sociais, ONG's e outras entidades ligadas nesses movimentos.

O conceito Economia de Solidariedade é dado por Razeto (1993, p.40):

[...] uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas [...], que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

Singer (1998, p.31) também estabelece um termo conceitual para a Economia Solidária,

No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e, sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva.

A evolução constante das cooperativas no Brasil e no mundo é um fator determinante para muitas economias mundiais, pelo formato de atuação e pelo público alvo que atinge nos 13 ramos do cooperativismo, com o desempenho de pessoas em incentivar, acreditar, fomentar e motivar outras pessoas com relação ao conceito de cooperativismo, destacando a importância desse mecanismo na sociedade.

Com as cargas tributárias do governo o tributo em todos os ramos do cooperativismo são menores e em muitos casos para as cooperativas tem subsídio, ajustes fiscais e incentivos através de programas sociais e educacionais, muitas cooperativas atuam com as classes sociais de baixa renda, tentando de todas as formas de potencializar e orientar como a cooperativa pode auxiliar no desenvolvimento sócio econômico da população mais carente.

O surgimento do cooperativismo pautou-se nas necessidades da classe menos privilegiada em buscar uma melhoria na qualidade de vida, bem estar e dignidade junto com a sociedade, buscando diminuir os impactos do interesse capitalista intensificado pela Revolução Industrial, focando no sistema de cooperação e integração. Sob a ótica do interesse comum tem-se que as cooperativas crescem juntamente com os cooperados, e a busca constante tenta amenizar a desigualdade social em muitas regiões.

As cooperativas trabalham na coletividade e em benefício dos cooperados e os ganhos são repassados em partes iguais, conforme o tempo de trabalho ou o investimento

que foi realizado para a construção da cooperativa. Essas organizações atuam nas comunidades levando formação, informação além dos valores e da integração, trabalham com políticas públicas, habitação rural e urbana, acesso ao crédito, educação financeira, e existem outros ramos do cooperativismo, todas com o mesmo pensamento de trabalho conjunto com a sociedade e em busca da inserção de cada vez mais de pessoas no projeto.

As cooperativas, no Brasil, têm espaço econômico para crescerem, porém, para isso, precisam investir em tecnologia, produtos e serviços para atender a demanda da mesma forma que os bancos ou empresas tradicionais.

O propósito desse estudo nasceu da percepção de que os padrões burocráticos e formais utilizados pela Cresol que abrangem os municípios da Estrada de Ferro visam centralmente o interesse econômico, às vezes circundado de cumprimento de metas, que, não raras vezes, falham quanto à aspectos de sustentabilidade e viés social.

A aplicação dos recursos oficiais de forma errada ou equivocada acaba prejudicando toda a sociedade com a diminuição da geração de emprego, de impostos e o giro da economia local nos municípios onde são financiados.

Com a problemática da aplicação dos recursos a proposta é de desenvolver uma metodologia para melhorar a eficiência dos recursos aplicados com o propósito de assistência técnica, acompanhamento e projetos viáveis com orientação financeira da forma correta.

2 METODOLOGIA

A metodologia realizada será o método do estudo de caso que é considerado uma análise qualitativa.

Serão entrevistas e questionário diretamente nas propriedades, fazendo o levantamento sócio econômico, ambiental e a forma de assistência técnica contratada para a aplicação dos recursos oficiais.

Práticas de acompanhamento e aplicação do Crédito Rural com responsabilidade social, ambiental, e assistência técnica eficaz para melhorar a rentabilidade e a qualidade dos produtos e de vida das pessoas envolvidas nesse processo.

O levantamento de algumas questões pode influenciar no dia a dia da cooperativa como forma de abordagem e assuntos de suma importância para administrar e oferecer produtos e serviços com conhecimento adquirido através de material específico e pontual deste trabalho.

Os dados disponibilizados são de conhecimentos porém não aplicados e com a liberação dos créditos de forma equivocada e sem critério, sabendo que a rotina diária faz tomar algumas decisões empíricas sem o conhecimento teórico e prático de uma situação adversa que deve ser amenizada para resguardar a cooperativa e evitar um problema futuro.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA ATUAL DE REPASSE DE RECURSOS.

Os recursos canalizados são de exclusividade do governo federal para as instituições financeiras para os tomadores do crédito e como funciona a cadeia de acesso para o dinheiro esta na conta corrente das pessoas, passa das instituições financeiras, para os projetos técnicos, a liberação do recurso, o pagamento das empresas que vendem insumos de plantio ou manutenção agrícola, o plantio, a colheita e o pagamento da operação de crédito que foi financiada.

No primeiro momento é o início do plano safra, que inicia em 1º de julho e o término é de 30 de junho de cada ano diferente do ano contábil, sendo chamado de ano safra ou

ano agrícola, isso atinge agricultores e pecuaristas, todos tem acesso a essas linhas de recursos financeiros.

Nesse instante as instituições financeiras estabelecem as normas e regras para a utilização dos recursos e para quem vai disponibilizar, realizando os ajustes do sistema operacional, seja parte da área jurídica para validar as cláusulas área da tecnologia da informação e de outras áreas que deveram estar envolvidas no processo dos custeios e investimentos.

Diante dos parâmetros estabelecidos e organizados é a hora da contratação com projeto técnico, limite operacional e análise do risco e score do tomador de crédito, da liberação dos recursos e depois a aplicabilidade dos recursos oficiais com toda a fiscalização conforme o Manual de Crédito Rural orienta os procedimentos deste crédito.

3 BASE TEÓRICA

3.1 COOPERATIVISMO E COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O termo cooperativismo deriva do latim e expressa um movimento social. É um termo composto pela preposição *cum*, que significa “com, em companhia de, juntamente com” e pelo verbo *operar*”, que significa trabalhar. O termo cooperativismo, desde a sua origem histórica, traz a noção de trabalho conjunto, de relações sociais de trabalho. (PROJETO UNIJUI, 2015)

Os primeiros prodígios da palavra cooperativismo surgiram na Inglaterra juntamente com a revolução industrial e muitos quesitos de desconforto para os empregados com uma carga horária de até 18 horas, sendo crianças, adultos e idosos com baixos salários sem direito algum de questões trabalhistas da forma que temos atualmente. Muitos sofriam problemas de saúde ou mesmo decapitação de algum membro como mãos, pés ou outra parte do corpo sendo mutilado e sem direito de indenização pelas empresas ou governo ou realocação em outra área da empresa sendo demitidos sem justa causa, não podendo mais trabalhar e buscar outro emprego ficando em condições mínimas e com dificuldades de exercer alguma atividade na região. (OCB/ES, 2016).

Nessa época surgiu a primeira cooperativa sendo dos artesões da cidade de Rochdale próximo a Manchester na Inglaterra, com necessidades semelhantes e a busca constante na melhoria da qualidade de vida, dos trabalhadores artesões, seus familiares e os respectivos sócios, surgindo a expressão de Sociedade de Probos Pioneiros de Rochdale. (OCB/ES, 2016).

Com o surgimento de muitos idealizadores cooperativistas iniciou-se uma fase de esclarecimentos e linhas de pensamentos nas diversas áreas e formas de agir com os pensadores, segue alguns deles e seus pensamentos:

FRIEDRICH WILHELM RAIFFEISEN (1818 – 1888), Raiffeisen nasceu na Província do Reno (Alemanha) em 03 de maio de 1818 e faleceu em 11 de março de 1888, em Neuwied-Heddesdorf, pouco antes de completar 70 anos. Teve uma vida de privações e tornou-se pastor da comunidade. (OCB/ES, 2016).

Em 1848 Raiffeisen fundou a primeira cooperativa de crédito na Alemanha. Essas cooperativas tipicamente rurais tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios (independentemente dos números de quotas partes), a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Esse modelo ainda é popular na Alemanha. (OCB/ES, 2016).

HERMAN SCHULTZE (1808 – 1883), Herman Schultze nasceu em Delitzsch, na Alemanha, em 1808, onde exerceu a função de magistrado. Com as dificuldades

econômicas enfrentadas entre os anos de 1846 e 1848, desempenhou inúmeras atividades filantrópicas. (OCB/ES, 2016).

Um dos seus maiores êxitos foi a fundação de Bancos Populares, uma cooperativa de crédito, tendo como clientes os artesãos que não conseguiam crédito a juros reduzidos, em Delitzsch. No ano de 1863, elaborou um projeto de auxílio mútuo, apresentando-o ao Parlamento Prussiano. Em 27 de março de 1867, baseado nesse projeto, foi promulgado o primeiro Código Cooperativo da Alemanha e do mundo. (OCB/ES, 2016).

LUIGI LUZZATTI (1841 – 1927), Luzzatti nasceu em 1841, em uma família israelita de Veneza, na Itália. Ocupou cargo na política, foi professor universitário, orador e escreveu obras econômicas. Estudou em Berlim, na Alemanha, e aprendeu sobre o Cooperativismo de Crédito Urbano, com Herman Schultze. (OCB/ES, 2016).

Entre as características dos Bancos Populares de Luzzatti, destacavam-se a concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais; participação com pequenas quotas de capital; e a responsabilidade limitada ao valor de capital sem exigência de vínculos para associação. E não havia remuneração para os seus dirigentes. (OCB/ES, 2016).

ALPHONSE DESJARDINS (1854 – 1920), Desjardins nasceu no povoado de Levis, província de Quebec no Canadá, em 1854. Em 1870 graduou-se e ingressou no jornalismo, tinha interesse pelas causas sociais, com destaque para o problema da usura e da pobreza. Buscava alternativas para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Criou, na cidade de Levis, o sistema que levou seu nome. (OCB/ES, 2016).

O Sistema Desjardins aliou à ajuda mútua princípios e valores como gestão democrática, poupança sistemática, transparência, honestidade, educação financeira, integração entre entidades e formação cristã. Foi o criador do Cooperativismo de Economia e Crédito Mútuo. (OCB/ES, 2016).

No Brasil iniciou-se nos Estados do Sul, em virtude da migração de povos europeus que estavam habituados em trabalhar em cooperação de uns ajudando os outros buscando a coletividade e não o capitalismo de ganhar com o trabalho alheio sem o pagamento merecido, no Brasil as cooperativas demorou em virtude da escravidão e da dimensão geográfica do país habitado por diversas culturas que depois de muita formação e informação há paços lentos começou a caminhar e evoluir o sistema cooperativista no Brasil. (OCB/ES, 2016).

Porém existem algumas particularidades de bancos para as cooperativas de credito, enquanto os bancos frizam somente os lucros para seus acionistas as cooperativas de credito trabalham para obter sobras ou perdas com isso nos atos assembleares juntamente com os cooperados definem como são destinados os recursos do exercício anterior onde a maioria das cooperativas prestam conta positiva e toda essa receita fica no próprio município e os bancos vão para os grandes centros. (CRESOL, 2015).

Com as particularidades do cooperativismo e a gestão adotada por eles é uma forma de equilíbrio no modelo de transparência e de sustentabilidade, sendo de adesão voluntaria de qualquer tipo de pessoa independente de religião, credo e outras diferenças sociais e raciais, organização e tomada de decisão conjuntamente com todos os cooperados, cada cooperado colabora com recurso voluntário sendo determinado como cota capital que o mesmo possui na cooperativa quanto mais trabalha junto com sua cooperativa maior será o seu ganho final. (CRESOL, 2015).

Através da lei 5.764/71 foi regulamentada a constituição das cooperativas de credito e essas regidas conforme normas e regras do Banco Central do Brasil com as mesmas definições utilizadas pelas instituições financeiras com isso as estruturas começaram a ganhar corpo, espaço e segurança, juntamente com a entidade nomeada para organizar a entidade cooperativista no Brasil que é a OCB. (CRESOL, 2015).

Diante de tudo isso o cenário para as cooperativas são promissoras e com os avanços tecnológicos há competitividade acirrada ganha um toque maior pelo conhecimento, formação e com uma capacidade de investimento na área do cooperativismo,

assim cada espaço conquistado e um paradigma quebrado e apresentado para a sociedade que é algo serio e capaz de atingir os mesmos objetivos dos bancos tradicionais através dos serviços e produtos oferecidos pelas cooperativas de credito. (CRESOL, 2015).

Atualmente no cenário brasileiro existem vários ramos de cooperativismo, porem nem todos estão capacitados e formados e tem muitas pessoas que não conhecem o cooperativismo na pratica, tem o habito de tratar principalmente as cooperativas de credito como bancos tradicionais por prestarem o mesmo tipo de serviço.

No Brasil existem pelo menos 13 tipos ou ramos de cooperativismo conforme segue o quadro abaixo:



Figura 1 - Ramos cooperativistas
 Fonte: OCB (2013)

No cooperativismo existem alguns princípios norteadores para seguir e doutrinar o formato que o grupo de pessoas ou a sociedade envolvida nesse processo de colocar em pratica uma cooperativa necessita estabelecer com seus cooperados para possuir um controle maior e eficaz das ações que pretende desenvolver na região que atua. (CRESOL, 2015).



Figura 2 - Os princípios do cooperativismo

Fonte: Verbo Cooperar (2016)

Os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores. Em sua simbologia, são associados às cores do arco-íris, que veio a ser adotado, originariamente, como uma espécie de emblema universal do cooperativismo. (OCB/ES, 2016).

Com os princípios do cooperativismo definidos e a pratica no dia a dia ganha mais ênfase no trabalho engajado do cooperativismo nos ambientes que propicie o desejo e envolvimento de pessoas e com os princípios devemos coloca-los com ações concretas em nossa sociedade.

3.2 Crédito Rural

O Crédito Rural no Brasil foi institucionalizado em 05 de novembro de 1965, através da lei 4.829, como política de desenvolvimento da produção rural do país, tendo em vista o bem estar do povo. O objetivo era disponibilizar recursos financeiros para investimentos, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização, e também custeio da produção e da comercialização. (EMATER, 2016).

O público prioritário seria o pequeno e médio produtor, mas dados demonstram que estes, tinham pouco acesso aos recursos, que acabaram sendo canalizados para os grandes produtores, que apresentavam maiores garantias aos agentes financeiros. Com isso as consequências foram o êxodo rural, a concentração de terras e de riquezas, a mecanização, a monocultura, os acampamentos e os conflitos agrários. (EMATER, 2016).

O papel do crédito rural é o de gerador de oportunidades, aproximando o beneficiário das políticas que estimulam investimentos em avanços tecnológicos e melhorias nas estruturas das propriedades, mas muito, além disso esse crédito que traz a modernização do campo também auxilia e estimula sua permanência na agricultura, e fortalece o processo de sucessão na agricultura familiar (ZIGER, 2013).

Martins (2010) destaca as principais datas da evolução histórica do crédito rural no Brasil, dentre os quais:

1964: criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, por meio da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

1965: institucionalização do Crédito Rural, através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965;

1966: edição do Decreto nº 58.380, que aprovou o Regulamento do Crédito Rural;

1967: resolução do Conselho Monetário Nacional tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola;

1967: o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 dispõe sobre os títulos de crédito rural;

1973: institucionalização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), por meio da Lei nº 5.969, de 11 de maio de 1973;

1986: extinção da conta-movimento, o que limitou os recursos para o crédito rural à disponibilidade da União;

1986: criação da poupança rural;

1991: aumento da participação do BNDES no crédito rural através do Finame Rural e do Programa de Operações Conjuntas e do Programa de Operações Diretas;

1995: criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

1996: criação do Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, que permitiu o reescalonamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária;

1998: criação do Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop).

Em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, nas atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas pelos produtores e suas famílias, que o enquadramento é como Agricultores Familiares são agricultores que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. Sendo o documento que regulamento o enquadramento desse grupo familiar como PronafianO. (CRESOL, 2015).

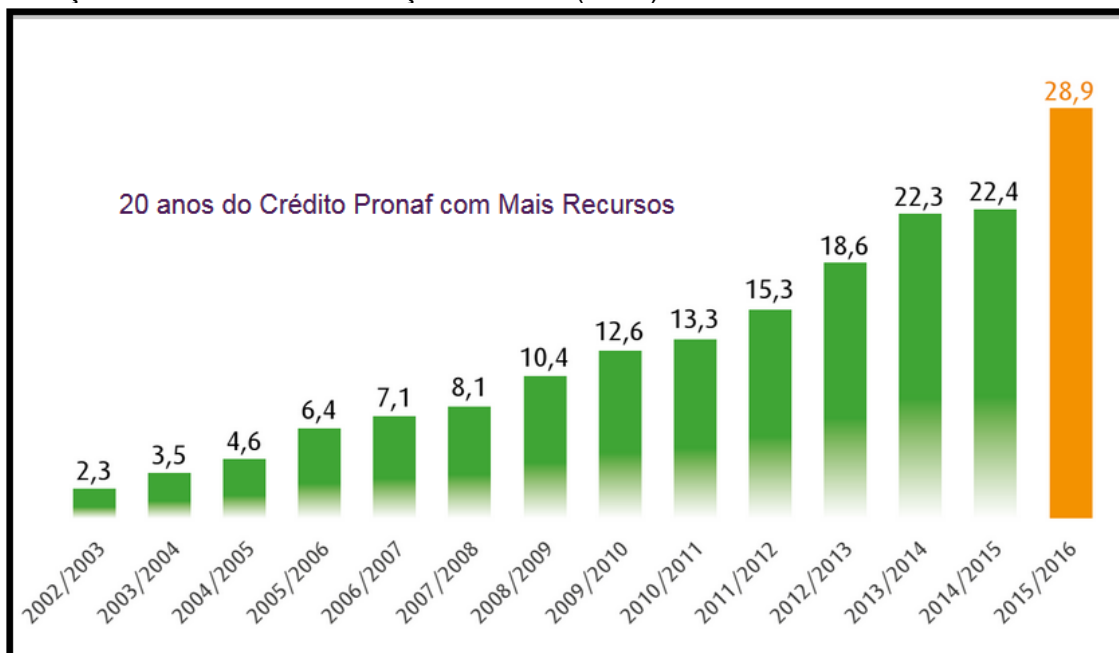
O BACEN regrou as normas através do Manual de Crédito Rural – MCR, com esse instrumento todas as ações das linhas de crédito rural foram regulamentadas conforme determinação do Banco Central do Brasil desde o formato da concessão do agente financiador até a sua aplicação na propriedade. (CRESOL, 2015).

Juntamente com o BACEN que regrou a forma de fazer, outras autarquias normatizam e direcionam a política pública para o setor agropecuário que é o Plano Safra. O Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, anualmente publica o Plano Agrícola e Pecuário – PAP (vinculado ao MAPA) e o Plano Safra da Agricultura Familiar (vinculado ao MDA). (CRESOL, 2015).

Com essas parametrizações é realizado o ano agrícola ou plano safra que difere do ano contábil, com o seu início em 1º de julho do ano corrente e término em 30 de junho do ano subsequente, e todo ano tem mudanças de taxas de juros, valores, prazos e outros indicadores ou linhas disponibilizadas pelo plano safra.

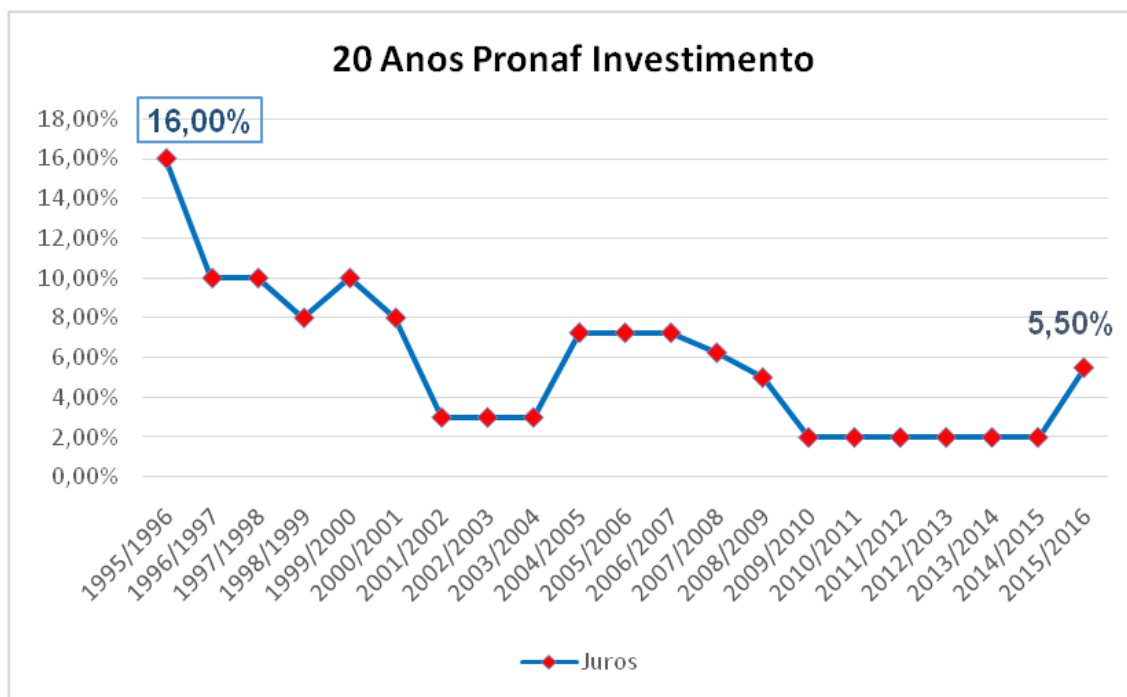
O crédito rural com o lançamento do plano agrícola da safra 2016/2017 será mais de 202 bilhões de reais para produzir alimento e alimentar a nação brasileira e mundial, onde boa parte dos alimentos são exportados e no ano de 2015 foi o único produto primário com crescimento na balança comercial e a economia do Brasil sustentou com as commodities desse setor. (CRESOL, 2015).

Anualmente o Governo Federal edita o Plano Safra para a Agricultura Familiar. Nesse documento são definidos o montante de recursos, taxas de juros, prazos e condições de acesso aos financiamentos do PRONAF. Tendo como base os últimos quatro (04) Planos Safras (2011/2012 – 2012/2013 – 2013/2014 – 2014/2015), faça um comparativo entre esses Planos, destacando a evolução do volume de recursos (ou não), das taxas de juros e outras mudanças ocorridas entre as edições. Cresol (2015).

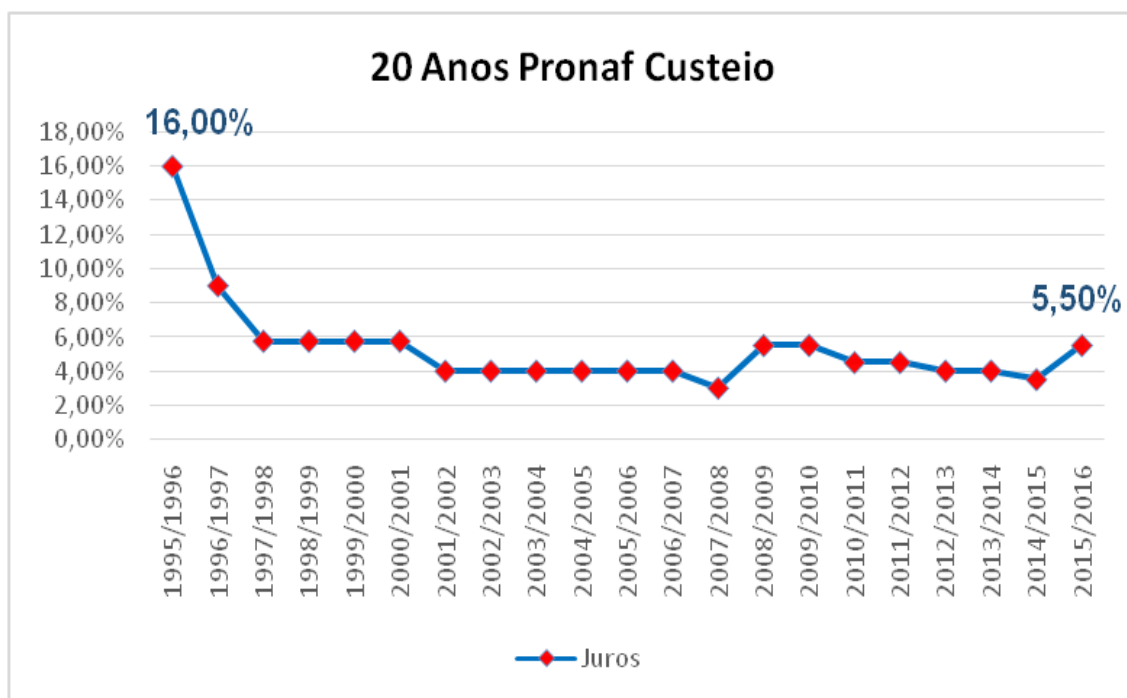


Fonte: Cresol (2015)

Nos últimos anos houve crescimento, nesse ultimo ocorreu aumento de mais de 20% de disponibilidade de recurso perante o ano agrícola anterior sendo de R\$ 28,9 bilhões para financiamento da produção, entre custeio e investimento. Cresol (2015).



Fonte: Cresol (2015)



Fonte: Cresol (2015)

Mais de 70% da produção de alimentos estão nas pequenas propriedades com faixa média de 30 hectares e é o que sustenta o Brasil com uma área menor do restante dos 30% que possuem 3 ou 4 vezes mais área, porém os grandes produtores se preocupam muito mais com os commodities do que realmente com a comida que precisa no dia a dia, enquanto os pequenos produtores são os que colocam na mesa dos brasileiros os alimentos o grande produtor explora as commodities. Cresol (2015).

A agricultura familiar pelas condições financeiras fica com receio em investir e capitalizar com grandes máquinas em pequenas propriedades sendo inviável o custo benefício, atuando com a mão de obra familiar reduzindo os custos e investindo em produtos diversificados para a propriedade e a manutenção das famílias agricultoras. Cresol (2015).

As políticas públicas que incluem programas como PGPAF, ATER, Biodieseel, PNAE, PAA e outros programas são importantes para fortalecer e incentivar os pequenos produtores à permanecerem no campo e produzir mais alimentos com qualidade e responsabilidade atendendo as exigências que as leis e normas aprovadas pelo Brasil.

Com o programa que o governo lançou do PRONAF fortalecendo a agricultura familiar, facilitou o acesso ao crédito rural com juros subsidiados e incentivando a geração de empregos e a melhoria constante da qualidade de vida dos agricultores e a diversificação dos produtos da cesta básica dos brasileiros. Cresol (2015).

3.3 Alocação de Recursos no Território Estrada de Ferro

O crédito rural na região do território da Estrada de Ferro onde a cooperativa está situada à liberação do crédito rural é sem critério e normas claras conforme determina o Manual de Crédito Rural, apenas para cumprir metas e endividar os agricultores sem assistência técnica acompanhada e efetiva acarreta em dificuldades financeiras, qualidade de vida e liquidez das propriedades, na maioria das propriedades existe apenas uma fonte de renda sendo principalmente o leite e no restante as atividades são gado de corte, soja, milho e outras atividades para constatar a sua renda.

O território da Estrada de Ferro é composto por 14 municípios sendo a maioria dependente da atividade rural para alavancar as receitas dos municípios. A Cresol atua em 5 municípios com a cooperativa de crédito sendo Orizona, Silvania, Vianópolis, Gameleira de Goiás e Leopoldo de Bulhões, e a previsão é de estar em todos com o projeto de expansão do sistema Cresol no Estado de Goiás, existem muitos desafios e um deles ou o principal é saber trabalhar e desempenhar o crédito rural aplicado a assistido. (CRESOL, 2015).

Diante de um cenário propício para produção de alimentos com a tecnologia em alta e com indicadores de aumento de áreas e de produção por hectares cada vez mais o fator organização com receitas e despesas tem de ser planejado para não obter frustração na atividade rural desempenhada e com a diversidade de produtos na propriedade e principalmente em agregar valor nos produtos. (CRESOL, 2015).

Com o aumento dos preços dos insumos ano após ano vem aumentando o custo por hectare produzido e o produto final está com preço estável e muitas empresas agressivas no mercado empurram os pacotes de produtos para toda a safra e em meio há muitos produtos que o agricultor compraram sem saber qual é a real finalidade, perdendo dinheiro que poderia ser aplicado de outra forma em suas lavouras, gado de corte, de leite e outras atividades que atua. (CRESOL, 2015).

Na implantação com os projetos técnicos a orientação e a assistência técnica deverá ser contínua, o processo inicial de estudo apresenta uma prospecção de crescimento gradual para os próximos anos nas linhas agrícolas, sendo custeios e investimentos para os cooperados da região da Cresol Estrada de Ferro. (CRESOL, 2015).

A diversificação e agregação de valores nos produtos que as propriedades possuem dependem do esforço coletivo das famílias participantes e dos profissionais técnicos da área e da metodologia implantada para utilizar os recursos oficiais do crédito liberado e aplicado. (CRESOL, 2015).

Com a aplicação dos recursos oficiais de uma forma efetiva, gradual e com assistência técnica orientada e acompanhada e com isso uma constante melhora na

qualidade de vida dos envolvidos, a melhor liquidez da família e da propriedade para conseguir honrar com os compromissos assumidos e o crescimento produtivo de grãos, aves, suínos, leite ou outra atividade financiada pela cooperativa. (CRESOL, 2015).

Quanto aos recursos de repasse, as políticas públicas e os programas sociais a metodologia desenvolvida pelo governo federal através de editais para organizar a aquisição e entrega dos produtos produzidos nas propriedades não são suficientes dependendo de iniciativas das cooperativas de produção, associações ou outra entidade que realiza essa atividade de entre meio as entidades participantes desse processo. (CRESOL, 2015).

Os custeios e investimentos disponibilizados na região do território da Estrada de Ferro em sua maioria os projetos liberados sem critérios definidos e a forma desses créditos geram problemas futuros como a perda de rentabilidade, a sustentabilidade da família e o êxodo rural em grande parte das propriedades, tudo isso é necessário orientar, fazer uma discussão na educação financeira das famílias e o acompanhamento técnico de todos os projetos liberados. (CRESOL, 2015).

3.4 Apresentação e Análise dos Resultados

Os produtores rurais resolveram constituir sua cooperativa de crédito com objetivo de fortalecer os seus pequenos negócios através dos seus serviços e produtos financeiros como também pelo potencial da organização da base. Em termos gerais, a cooperativa visa aumentar as possibilidades de acesso ao crédito, bem como possuir instrumentos adequados para guardar economias dos agricultores, produtores de leite, soja, milho e pecuária.

Em termos específicos, a cooperativa possibilita aos seus associados o acesso aos produtos e serviços financeiros que já são oferecidos, sendo os mais comuns às contas para depósitos à vista, para depósitos a prazo cooperativo, consórcios, seguros, crédito para custeio pecuário e agrícola, investimento rural e pequenos negócios com recursos próprios, empréstimo pessoal (CAC), recebimento de contas de água, luz, telefone, pagamento de títulos e outros com códigos de barra.

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Estrada de Ferro, Cresol Estrada de Ferro, na sua atuação demonstrou os benefícios que ela já proporciona aos seus associados, as comunidades, e diversos setores do Município que juntos podem fazer muito melhor as ações.

Os municípios do território da Estrada de Ferro em boa parte de sua economia baseada em atividades agropecuárias (leite, milho, soja e pecuária), e a Cooperativa cada vez mais vem atendendo as demandas financeiras existentes, contribuindo para a melhoria das condições de acesso dos agricultores familiares, incluindo nas linhas de créditos do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Observa-se que as agências bancárias existentes em toda a região não atendem de forma adequada e permanente os pequenos e mini-produtores rurais. Muitos precisam recorrer frequentemente ao mercado financeiro informal e os que conseguem acesso, pagam tarifas e manutenção de contas altas e se submetem às políticas de taxas de juros elevadas.

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Estrada de Ferro, Cresol Estrada de Ferro, presta serviço com custos reduzidos aos seus associados, as tarifas são mais baixas que as praticadas pelo mercado financeiro, os juros cobrados nos empréstimos mais acessíveis, proporcionando uma economia real às famílias que poderão direcionar esses recursos para melhorar a renda familiar e conseqüentemente a qualidade de vida da família.

Além de melhorar a prestação dos serviços financeiros no âmbito local, espera-se com a efetivação da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Estrada de

Ferro, Cresol Estrada de Ferro, e a expansão do cooperativismo de crédito rural na região, aumente o acesso dos micros, pequenos e médios agricultores aos fundos oficiais de crédito além dos grandes produtores que a cooperativa também poderá financiar.

Vale destacar que a decisão de constituir uma cooperativa de crédito rural permite que membros da comunidade possam reuplicar os valores captados no município em projetos que estimule o seu próprio desenvolvimento como os programas sociais que a cooperativa desenvolve nos municípios de atuação.

A criação de um ambiente favorável é vital para o funcionamento adequado de uma cooperativa de crédito rural. Nesse sentido, nota-se uma forte disposição de diversas entidades parceiras, em colaborar para o êxito dessa iniciativa. Isso também se transformou num fator motivador importante para os agricultores do município e da região.

Este projeto tem como objetivo consolidar a experiência embrionária da Cresol Estrada de Ferro sendo a base para a expansão regional em prol de um desenvolvimento sustentável através de uma proposta de economia solidária e sustentável para todos os cooperados e a sociedade onde esta inserida, gerando receitas e a permanência do homem no campo.

A cooperativa tem o proposito de melhorar a rentabilidade e a sustentabilidade das pessoas que vivem no meio rural com acesso a credito, apropriação do conhecimento e acompanhamento técnico orientado e produtivo para seus cooperados.

O grande desafio é a mudança de cultura que os agricultores possuem no momento do acesso ao credito, onde a grande maioria busca as entidades financeiras para saciar as necessidades básicas e não para aplicar os recursos que o credito disponibiliza.

A necessidade de aplicar os recursos conforme determina o Manual de Credito Rural fica em segundo plano, pelo fato de ser um programa governamental e a fiscalização na região ser inexistente pelos órgãos fiscalizadores facilitando os desvios de recursos federais e a aplicação de qualquer natureza de âmbito pessoal e não na geração de alimento para a nação.

Muitos desses casos da necessidade de adquirir um bem móvel, imóvel ou satisfazer o bem estar familiar, porém muitos desses casos se tornam rotineiros e sem fundamentos e no momento do retorno do recurso financeiro que inicia a dificuldade da devolução do credito.

3.4.1 PRINCIPAIS OBSTÁCULOS/PROBLEMAS QUE DETURPAM A ALOCAÇÃO DO CRÉDITO

As propriedades de modo em geral atuam com apenas uma fonte de renda, e a necessidade de gerar outras fontes de renda com a diversidade é algo ainda para construir com os agricultores aproveitando mais o espaço físico da propriedade.

Com isso os agricultores inventam projetos técnicos para levantar recursos pela falta de fiscalização dos órgãos competentes e das instituições financeiras que deveriam propor projetos viáveis, aplicáveis e de importância para a família que acessa o recurso.

Com a facilidade do acesso ao credito rural alguns agricultores investem em outras rendas não produtivas na sua propriedade e dificulta o pagamento futuro do investimento realizado em sua propriedade.

3.4.2 SOLUÇÕES/AÇÕES SUGERIDAS PARA ALOCAÇÃO SOCIAL E SUSTENTÁVEL DO RECURSO OFICIAL

Nas liberações de repasse os recursos aplicados para fazer os investimentos e os custos serão em sua grande maioria fiscalizados pelos técnicos agrícolas, diretores e

colaboradores do sistema para inibir os desvios de recursos oficiais e assim ser aplicados conforme o projeto técnico realizado pelo produtor para melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade financeira da propriedade.

No momento que o tomador do crédito necessita honrar seus compromissos não tem mais dinheiro em virtude da aplicação do recurso de forma improdutivo acarretando a descapitalização com a venda de um bem móvel, imóvel ou semovente. Sendo aplicado o recurso de forma efetiva o retorno e a consequência do investimento realizado é a devolução do recurso para a instituição financeira sem problemas.

Fazer uma poupança forçada não é o objetivo principal, mas uma forma de poupança programada que quando a parcela estiver vencendo o tomador do empréstimo tenha boa parte do recurso poupado na cooperativa ou em outra instituição financeira, propor uma educação financeira com o grupo familiar ao invés apenas do tomador, toda a família deve estar ciente dos compromissos assumidos e da importância do retorno do crédito para a cooperativa e a sociedade onde esta inserida.

No passado vários municípios tiveram entraves das entidades financeiras pela liquidez dos clientes em honrar com os compromissos e começam a restringir o crédito, aumentando as taxas de juros e as exigências legais para liberação de novos créditos e até mesmo as linhas de recursos oficiais bloqueada, quando atingem um nível de inadimplência acima do estabelecidos prejudicando os que pagam os empréstimos em dia.

A cooperativa como instituição financeira tem em sua missão e visão trabalhar de forma diferenciada dos bancos, as metas claras que o objetivo não é a quantidade de dinheiro emprestado e sim a qualidade que esses créditos são lançados no mercado financeiro para crescer junto com o quadro social, levando o conhecimento aos cooperados e o desenvolvimento local.

A descapitalização das famílias com a venda de algum tipo de bem começa a enfraquecer o poder aquisitivo de coisas essenciais do dia a dia da casa, culminando com falta de vitaminas, minerais ou outro nutriente importante para o corpo e a mente, com isso começa a ter problemas de saúde pela alimentação inadequada e sem recursos financeiros por uma orientação médica adequada e o estresse psicológico que a família passa na sociedade gerando uma despesa para o estado com questões de saúde, educação e saneamento básico.

Com o acompanhamento e visitas técnicas a cooperativa propõe melhorar a natureza dos empréstimos, o crédito orientado para a necessidade da propriedade e dos produtores, com isso as famílias estarão amparadas que o projeto é viável sem a necessidade de venda de algum patrimônio para saldar suas dívidas com as instituições financeiras.

Acompanhar o desenvolvimento da agricultura familiar através dos benefícios sociais e oficiais como PNAE, PAA, PROAGRO, PGPAF e outros instrumentos que o governo orienta a articulação das entidades envolvidas no processo de disseminar o conhecimento para todos os agricultores da região do território da Estrada de Ferro, da falta de conhecimento que cada agricultor tem diante das políticas públicas que o governo propagou e uma das partes envolvida que são as entidades financeiras não participam do debate e a discussão com os agentes fomentadores de crédito nos municípios atendido pela cooperativa.

Um dos papéis da cooperativa é ajudar a organizar a cadeia produtiva e a comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores com parceiros da agricultura seja cooperativa de produção, associações, sindicatos e outras entidades que venham a fazer parte desse projeto em oferecer as políticas públicas nos municípios da área de abrangência e fortalecer os agricultores que por ventura aproveitar e adentrar nesses benefícios que o governo disponibiliza através dos programas sociais que por lei é obrigatório pelo menos 30% ser diretamente dos agricultores familiares.

Com a interação dos técnicos agrícolas pela busca de conhecimento junto com os agricultores com informativos sendo folders, panfletos, reuniões nas comunidades, dentro da

cooperativa, nos parceiros, utilizando os espaços destinados para o público do meio rural, mostrando a diferença da cooperativa das instituições financeiras que atuam nos municípios do território da Estrada de Ferro.

Sabendo da dificuldade enfrentada pela cooperativa e pelos técnicos agrícolas por ser novidade esse formato de emprestar recursos oficiais nesses municípios e a aproximação da cooperativa com os produtores rurais na forma de intensificar o crédito, a exigência da cobrança dos recursos de custeios e investimentos sendo aplicado conforme os projetos técnicos para evitar desvios ou negligência da aplicabilidade dos recursos públicos e ter penalidade da devolução do recurso ou um processo por desvio de recurso federal. Sendo o maior desafio para a cooperativa é a intenção do cooperado em acessar o recurso.

Alguns sintomas dos problemas financeiros que a sucessão familiar no campo esta escassa por motivos de desvalorização da indústria pelos produtos produzidos nas propriedades fazendo com que os jovens busquem trabalho nessas empresas por míseros salários, assim o jovem não permanece no campo ajudando seus familiares.

A cada ano que passa o êxodo e o envelhecimento da população rural é maior e esses aspectos influenciam diretamente na renda da propriedade, nos investimentos, na qualidade de vida, no endividamento e na capacidade de gerar o bem estar para seus familiares.

Com o êxodo rural e o envelhecimento dos agricultores a cooperativa tem um compromisso maior em buscar a permanência ou a renovação no campo com novas pessoas ou mesmo aquelas que ainda permanecem no campo com alguns incentivos do governo federal subsidia como a habitação rural para os pais ou filhos, acesso ao crédito podendo ser o Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, Pronaf Agroindústria algo não trabalhado por outras entidades financeiras ou outras formas que orientem e incentive as pessoas em ficarem no campo.

Um mecanismo importante que possui nos municípios são as empresas de projetos técnicos e as empresas de insumos, porém o consumidor desses serviços prestados pelas empresas na venda do serviço ou produto é refém do capitalismo existente entre elas que fazem de tudo para apenas vender e ficar com o produto produzido pelo agricultor.

Nesse capitalismo extremo cada um faz a sua parte, entre ambos existem técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos fazendo esse trabalho com o intuito de vendas e não na orientação de manejos e ganhos na produtividade e sim com a venda de pacotes fechados de insumos, sabendo que os produtores necessitam de muito mais conhecimento na aplicação dos defensivos agrícolas e as empresas apenas com a venda e o ganho, sem a preocupação com a família dos agricultores ou com o meio ambiente.

Muitas pessoas são iludidas com produtos revolucionados na forma de plantar e prevenir as ervas daninhas com ganhos estratosféricos e jogam no meio ambiente milhões de litros de venenos que consumimos diariamente e muitos agricultores aplicando esses venenos sem equipamentos de segurança adequados prejudicando a sua saúde e a de seus familiares, e as empresas apenas com as vantagens capitalista de atingir suas metas e ganhar dinheiro sem a compreensão de estar poluindo o planeta ou ajudando o produtor.

A cooperativa não tem pretensão de ganhos exorbitantes e sim de organizar a cadeia produtiva com os agricultores através de projetos técnicos orientados e fiscalizados, fazendo um contra ponto no trabalho dos técnicos agrícolas e dos vendedores em mostrar o melhor custo benefício sem entrar em atrito com as empresas que fazem projetos técnicos ou que vendem insumos para os agricultores.

Estudos que a empresa brasileira do governo Embrapa apresenta em feiras, eventos ligados ao meio rural, a forma correta da aplicação dos insumos, a quantidade de problema que causa sem os equipamentos de proteção individual, muitos produtos cancerígenos que é provocada pela falta de segurança nessas aplicações e a quantidade de produtos desnecessários para aplicação de insumos que não vai ter eficiência na produtividade.

A Embrapa faz pesquisa e desenvolvimento em todas as áreas da agricultura e as empresas buscam e aplicam com outros kits de produtos com a ideia de melhorar a produtividade com a aplicação dos insumos que são vendidos aumentando a quantidade de agrotóxicos nos alimentos.

O propósito da análise é de melhorar a qualidade de vida das pessoas envolvidas e disponibilizar ferramentas e orientar o processo correto da aplicação dos recursos com assistência técnica orientada e produtiva além dos recursos financeiros, pensando num mundo melhor para todos.

Diante dos aspectos descritos, criticados e contextualizados relacionados à alocação de recursos, propôs-se uma cartilha aos pequenos produtores com objetivo de conscientizá-los e orientá-los sobre o como identificar, avaliar, tomar e reembolsar recursos oficiais. Os principais pontos da cartilha, que está disponível como apêndice deste trabalho, encontram-se descritos à seguir:

1. Verificar a necessidade do investimento na propriedade.
2. Investir o necessário com projeto específico.
3. Identificar o fluxo de caixa da propriedade.
4. Analisar a tecnologia a ser utilizada.
5. Avaliar a responsabilidade fiscal, social e ambiental.
6. Estudar o objetivo do investimento.
7. Buscar treinamento e capacitação na área de atuação.
8. Fazer o projeto ser viável.
9. Visita técnica para orientação sobre o projeto.
10. Aplicação do valor conforme o projeto proposto.
11. Fazer os manejos adequados.
12. Prevenir fatores de riscos calculados.
13. Retorno do projeto.
14. Pagamento do custeio e investimento.

Com esses quatorze itens apontados os projetos de custeio e investimento terão viabilidade e sustentabilidade econômica para a atividade que o produtor esteja realizando em sua propriedade.

4 Considerações Finais

O resultado proposto é de organizar a propriedade desde a aplicação dos recursos até o pagamento final do valor aplicado, tomar os devidos cuidados ambientais, trabalhistas e legais que a legislação determina na aplicabilidade dos recursos oficiais.

Quanto aos custeios e investimentos realmente aplicados de forma correta com orientação técnica, acompanhamento e mudanças de cultura de fazer as mesmas coisas e adaptando as novas tecnologias e formas de manejo para melhorar a produtividade com os mesmos custos.

Com isso a produtividade e o bem estar do grupo familiar tende a melhorar de forma significativa, tendo mais qualidade de vida, recursos ambientais e financeiros para honrar seus compromissos e realizar investimentos na propriedade de ordem pessoal e familiar.

Muitas linhas disponibilizadas pelo governo e empresas para melhorar a produtividade de maneira mecanizada e os manejos adequados ou a ênfase de produzir mais em um menor espaço geográfico possível, seja nos plantios de grãos, leite, verduras, legumes e as outras cadeias produtivas.

Os projetos técnicos com a assistência técnica e tecnologia adequada em todas as etapas do processo financeiro e produtivo aplicado de forma correta e eficaz com certeza a produtividade é compensável e o fluxo de caixa da propriedade esta ajustado para honrar com seus compromissos e fazer os investimentos ou o bem estar para seus familiares.

REFERÊNCIAS

DE MASI, Domenico. O futuro do trabalho. Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. da UNB, 1991.

<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=97>. Acesso em 28 de junho de 2016.

<http://relatorioocb2013.brasilcooperativo.coop.br/?portfolio=perfil-institucional#top> Acesso em 23 de maio de 2016. Figura 01.

<http://www.verbocooperar.com.br/index.php/infograficos/7-principios-cooperativismo/>. Acesso em 23 de maio de 2016. Figura 02.

MARTINS, A. A. B. Crédito rural – Evolução histórica, aspectos jurídicos e papel do conselho monetário nacional e do banco central do Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 73, 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7156>. Acesso em junho 2016.

O papel da agricultura familiar no combate à fome». Jornal GGN. 20 de maio de 2015. Consultado em 23 de maio de 2016.

Pinheiro, Marcos Antônio Henriques. Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil / Marcos Antônio Henriques Pinheiro. – 6 ed. – Brasília. BCB, 2008. 92 p. BCB, 2008.

PORTAL FINANCEIRO DE CRÉDITO. Disponível em www.cooperativismodecredito.coop.br. Acesso em 04 de junho de 2016.

PORTAL FINANCEIRO DE CRÉDITO. Disponível em www.cooperativismodecredito.coop.br. Acesso em 18 de junho de 2016.

PORTAL FINANCEIRO DE CRÉDITO. Disponível em www.cooperativismodecredito.coop.br. Acesso em 28 de julho de 2016.

PROJETOS UNIJUI. Disponível em: www.projetos.unijui.edu.br. Acesso em 22 de maio de 2016.

Razeto, Luís (1993). Economia de solidariedade e organização popular. In: Moacir Gadotti (org.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, p. 34-58.

SINGER, P & SOUZA, A R. (org). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Editora Contexto, 2001.

Teoria cooperativista e seus desdobramentos final, Pós Graduação do Curso Cooperativismo Solidário e Credito Rural. Cresol (2015).

ZIGER, V. **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar**: desafios, estratégias e perspectivas. Livro Sebrae – Serviços Financeiro, v.5, 2013. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/183.pdf>>. Acesso em 28 de junho de 2016.



CRESOL

Juntos Somos Fortes

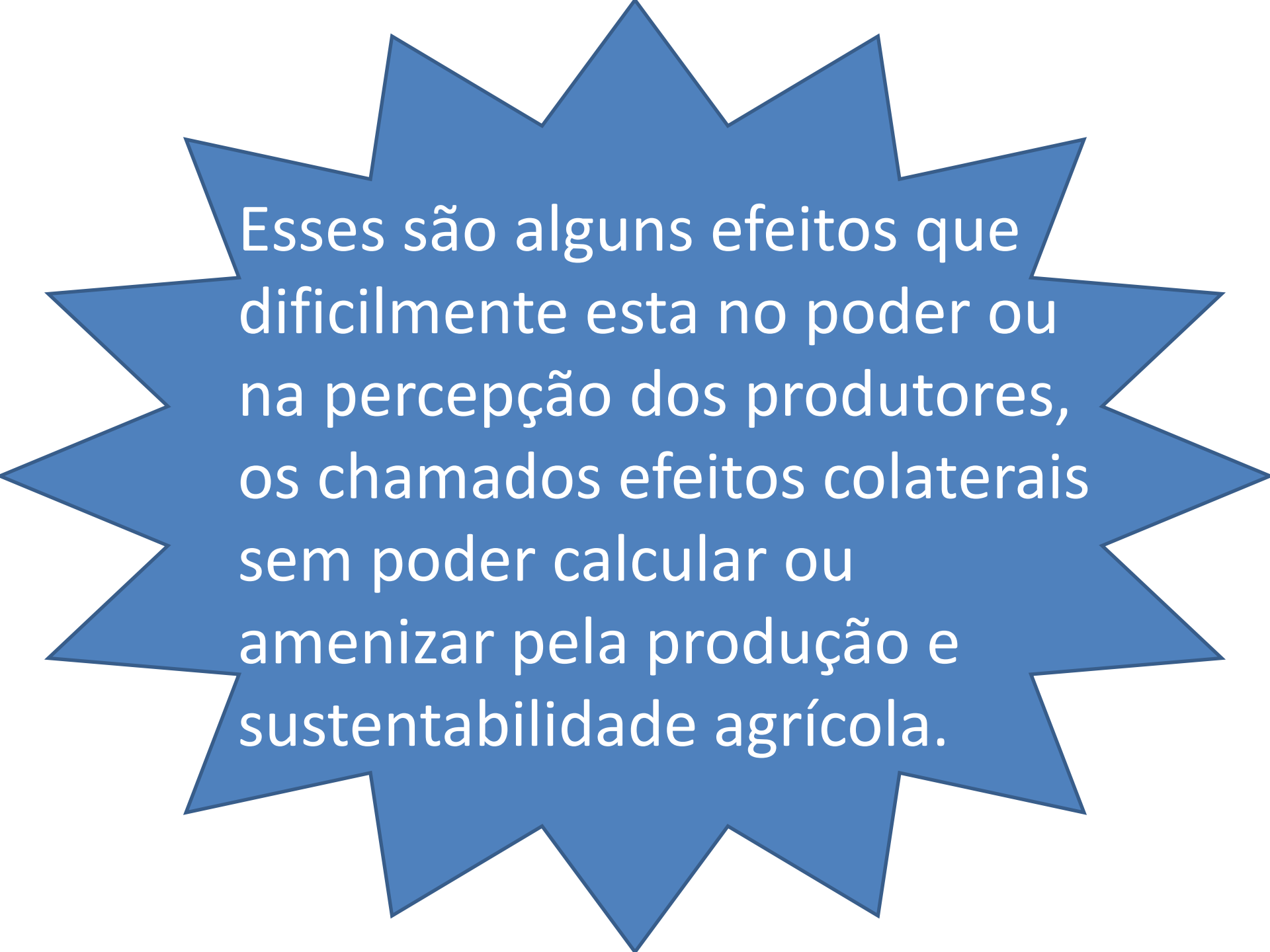
CARTILHA DO COOPERADO

Cooperado Cresol!
Nesta Cartilha você terá dicas importantes para tua propriedade.



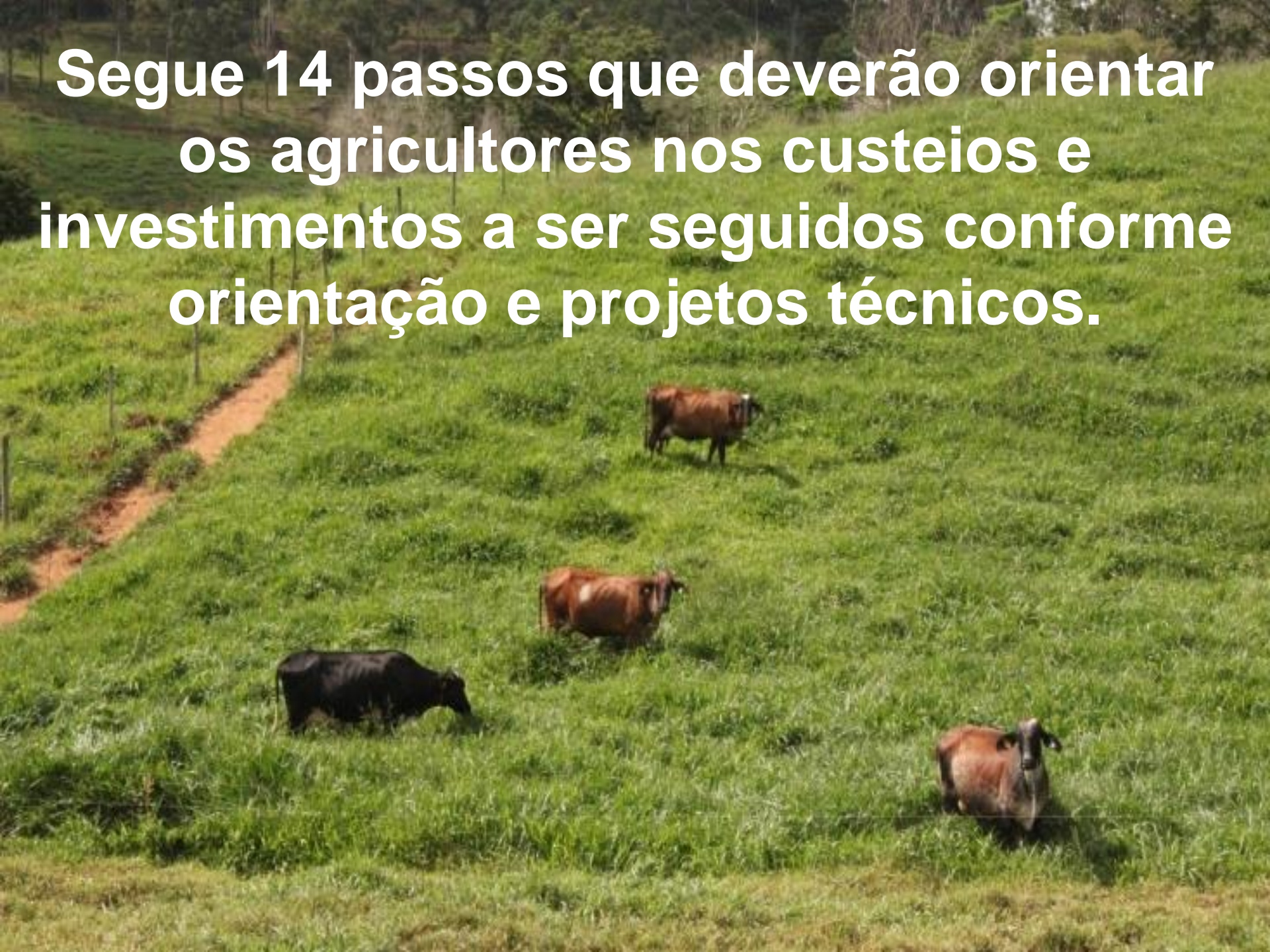
Alguns efeitos ou sintomas que não conseguimos medir, os chamados riscos incontrolláveis dos produtores agrícolas:

- ❖ Problemas climáticos e sanitários.
- ❖ Preços dos produtos e insumos.
- ❖ Investimento em tecnologia.
- ❖ Alterações legais, ambientais e sociais.
- ❖ Fatores humanos.

A blue starburst shape with multiple points, containing white text. The text is centered and reads: "Esses são alguns efeitos que dificilmente esta no poder ou na percepção dos produtores, os chamados efeitos colaterais sem poder calcular ou amenizar pela produção e sustentabilidade agrícola." The text is in a clean, sans-serif font.

Esses são alguns efeitos que dificilmente esta no poder ou na percepção dos produtores, os chamados efeitos colaterais sem poder calcular ou amenizar pela produção e sustentabilidade agrícola.

Segue 14 passos que deverão orientar os agricultores nos custeios e investimentos a ser seguidos conforme orientação e projetos técnicos.



1º

Verifique a necessidade do
Investimento na propriedade
Como você faz isso? Analisando
a realidade da propriedade e a
real necessidade de fazer o
devido investimento.



2°

Investir o necessário do projeto específico.
Como você faz isso? Não ficar inventando
comprar outro bem ou equipamento dentro do
mesmo projeto, fazer realmente o que esta
sendo definido no projeto inicial e
depois fazer outro projeto.



3°

Identificar o fluxo de caixa da propriedade. Como você faz isso? Analisar o ganho mensal, anual ou a periodicidade das entradas e as saídas de dinheiro da propriedade para fazer um planejamento dos pagamentos realizados com os investimentos.



4°

Analisar a tecnologia a ser utilizada.
Como você faz isso? Verificando qual é a tecnologia a ser utilizada na propriedade se é de baixa, media ou alta tecnologia para a produção agrícola.



5°

Avaliar a responsabilidade fiscal, social e ambiental. Como você faz isso?

Analisar qual será o impacto social, ambiental e fiscal para a propriedade não sofrer multas ou penalidades legais que por ventura venham a comprometer ou colocar em risco a produção estimada na propriedade.



6°

Estudar o objetivo do investimento na propriedade. Como você faz isso?

Verificar a real necessidade do investimento com o objetivo de máximo retorno ao invés de fazer algo que logo terá ajustes ou com pouca utilidade na propriedade.



7°

Buscar treinamento e capacitação na área de atuação. Como você faz isso? Através de Sindicatos, Emater ou outros órgãos que disponibilizam treinamentos e capacitações em diversas áreas para deixar sempre os proprietários atualizados das mudanças tecnológicas.



8°

Fazer o projeto ser economicamente viável. Como você faz isso? Analisando a compra dos insumos a demanda do produto no mercado nacional e internacional a indústria que comprar o produto, e qual mão de obra vai ser utilizada para o devido projeto.



9°

Visita técnica para orientação sobre o projeto. Como você faz isso? Aceitar as informações e experiências que os agrônomos, técnicos ou pessoas ligadas na atividade repassam para orientar e organizar a forma de produção da cadeia produtiva com a aceitação do mercado exige.



10°

Aplicação do valor conforme o projeto proposto. Como você faz isso? Fazer a aquisição do que está no projeto técnico para a garantia da operação e da formalidade com os agentes financeiros, para não correr riscos de multas ou penalidade impostas pela instituição financiadora.



11°

Fazer os manejos adequados. Como você faz isso? Analisar o que o fabricante ou vendedor de uma máquina, de um equipamento ou a rotina que deverá ser realizada antes durante e depois do serviço realizado para manter em excelentes condições de uso.



12°

Prevenir fatores de riscos calculados. Como você faz isso? Analisando os riscos que temos em toda ação realizada seja de forma pessoal, financeira ou organizacional da propriedade para não ter riscos eminentes que venham a prejudicar o projeto financiado.



13°

Retorno do projeto. Como você faz isso?
Analisar o Pay-Back (período de recuperação do investimento) do projeto para verificar em quanto tempo tenho o retorno do projeto financiado de volta e recuperar o capital investido e dar continuidade em outros projetos para a propriedade.



14°, ultimo passo e não sendo o mais ou menos importante que os outros com a sua relevância. Pagamento do custeio ou investimento. Como você faz isso? Com o passar dos dias ou meses iniciar uma educação financeira que aos poucos vá poupando e quando chegar o dia do pagamento tem o valor poupado e garantido para honrar com os seus compromissos.



Com esses 14 passos a grande maioria dos projetos de custeios e investimentos será cumprida sem a necessidade de descapitalizar ou não ter liquidez suficiente pelos agricultores em honrar os compromissos melhorando o bem estar do grupo familiar.



CRESOL

Juntos Somos Fortes

Esta cartilha do passo a passo foi elaborada pelo autor.